322144

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AGENTE ADMINISTRATIVO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG | Inscrição | Prédio | Sala | Carteira

FUNDAÇÃO vunesp

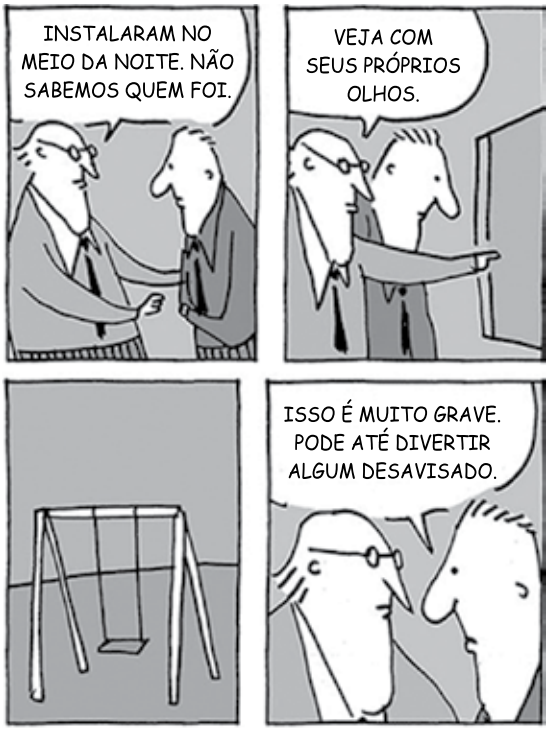
Confidencial até o momento da aplicação.

Confidencial até o momento da aplicação.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Leia a tira para responder às questões de números **01** e **02**.



(André Dahmer. *Não há nada acontecendo.* www1.folha.uol.com.br. 10.07.2023)

01. A leitura da tira leva a concluir que há, nela, uma crítica baseada na constatação de que

(A) os personagens dão a entender que o balanço foi colocado em local inapropriado.

(B) a identidade de quem colocou o balanço no meio da noite foi omitida propositalmente.

(C) a gravidade da instalação está no fato de que é possível vê-la com os próprios olhos.

(D) os personagens se manifestam contrários à diversão, que veem como imprudência.

(E) os despreparados, para os personagens, não têm o direito de se divertir num balanço.

02. Considere os trechos:

– **Veja** com seus próprios olhos (2º quadro)

– **Pode** até divertir algum desavisado (4º quadro)

Os vocábulos em destaque expressam, no contexto em que foram empregados, respectivamente, sentido de

(A) convite e retratação.

(B) constatação e vontade.

(C) ordem e possibilidade.

(D) observação e permissão.

(E) advertência e intenção.

03. Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e nominal.

(A) Torcemos para que muitos mais crianças tenham a oportunidade de usar o parquinho.

(B) Fomos nós que mandamos instalar o brinquedo, mas nós mesmo não os vimos ainda.

(C) Passamos esta manhã pela praça e pudemos acompanhar como está as reformas.

(D) Ocorreram avanços nas obras municipais, o que conferiram mais conforto ao povo.

(E) Devia haver mais parques na cidade que tivessem diversão para adultos e crianças.

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **09**.

Ter um celular é essencial para atividades da vida diária: fazer ligações, checar mensagens, tirar fotos ou fazer compras não seria tão simples sem ele. Dá-los para crianças, no entanto, ainda é um dilema. Não há consenso quanto ao uso dos aparelhos na infância.

Diferentes escolas e redes de ensino têm regras para o uso de celular. Na rede estadual de São Paulo, por exemplo, o aparelho era proibido nas instituições de ensino até 2017, quando uma nova lei o permitiu nas salas de aula para finalidades pedagógicas.

Países europeus como França, Holanda e Itália adotaram, nos anos recentes, medidas que proibiram o uso de celular em sala de aula. Segundo os governos, as regras têm o objetivo de reduzir as distrações e melhorar a concentração e a aprendizagem dos estudantes.

Na Holanda, os dispositivos só vão ser permitidos se forem especificamente necessários, como em aulas de habilidades digitais, por motivos médicos ou para pessoas com deficiência.

Na cidade de Greystones, na Irlanda, tomou-se uma medida ainda mais radical. Um pacto firmado entre pais de oito escolas do distrito proíbe o uso de *smartphones* por crianças e adolescentes até que eles cheguem ao ensino médio. A proibição vale para todos os espaços, mesmo dentro de casa, de modo a deixá-la mais coerente. “Se todo mundo faz isso, você não se sente excluído”, disse a mãe Laura Bourne a um jornal britânico.

O caso da Irlanda chamou a atenção para a colaboração entre escolas e famílias. Para Jhonatan Almada, diretor do Centro de Inovação para a Excelência das Políticas Públicas, os pais devem participar das decisões sobre o uso de aparelhos em salas de aula. “A principal forma de abordar o tema com eles é apresentar o conhecimento científico e mostrar exemplos de países que adotaram tais regras, caso proponham modelos mais restritivos”, disse.

As escolas também devem considerar as famílias quanto ao uso do celular se decidirem liberá-los. “O uso em sala de aula reforça a necessidade de ter um dispositivo como celular ou *tablet*, o que pode bater de frente com o combinado entre os membros da família que prefere que suas crianças não tenham esses dispositivos ou que os usem em momentos específicos”, disse Bernardo Bueno, professor e pesquisador.

Além de participar das decisões das escolas, Aline Restano, psicóloga, disse que é importante que as famílias encarem o uso do celular de forma crítica também dentro de casa. “Quando tiverem um bebê, os pais vão seguir usando o celular durante as refeições? Vão continuar usando o celular à noite? Vão interromper a conversa para olhar o celular constantemente?”, questiona.

(Mariana Vick. *Como as escolas podem lidar com crianças no celular.* www.nexojornal.com.br.10.07.2023. Adaptado)

04. De acordo com informações presentes no texto, é correto afirmar que

(A) os profissionais consultados para a reportagem são da opinião de que cabe à família decidir se os próprios filhos devem ou não usar celular em sala de aula.

(B) a potencialidade do celular em tirar a concentração é fator que levou alguns países europeus a criarem regras para impedir o uso de celular por crianças nas escolas.

(C) pessoas portadoras de deficiência, na Holanda, necessitam do celular em sala de aula, pois suas limitações de aprendizagem são reduzidas com o uso de eletrônicos.

(D) uma mãe citada na reportagem acredita que a exclusão que as crianças sentem na escola é fruto da incapacidade dos professores de adotar corretamente o celular em aula.

(E) a proibição do aparelho celular na rede estadual paulista seguiu como modelo proibições observadas em países europeus, que têm regras bem rígidas nesse sentido.

05. Os questionamentos da psicóloga no último parágrafo do texto foram feitos com a finalidade de

(A) levar a autora da matéria a prover essas respostas para o seu leitor.

(B) impor aos pais medidas para melhorar a relação deles com os filhos.

(C) provocar uma reflexão sobre o uso do celular no ambiente familiar.

(D) mostrar indignação com pais que são ausentes da vida escolar dos filhos.

(E) sugerir o uso noturno do celular por crianças em situações excepcionais.

06. Assinale a alternativa em que se observa emprego de linguagem em sentido figurado.

(A) … o que pode bater de frente com o combinado entre os membros da família… (7º parágrafo)

(B) Diferentes escolas e redes de ensino têm regras para o uso... (2º parágrafo)

(C) Na Holanda, os dispositivos só vão ser permitidos se forem especificamente necessários… (4º parágrafo)

(D) Não há consenso quanto ao uso dos aparelhos na infância. (1º parágrafo)

(E) A proibição vale para todos os espaços, mesmo dentro de casa… (5º parágrafo)

07. No trecho "… o aparelho era proibido nas instituições de ensino até 2017, quando uma nova lei **o permitiu** nas salas de aula para finalidades pedagógicas" (2º parágrafo), a expressão destacada foi corretamente empregada, assim como em:

(A) Quando o pai **o permitiu** que usasse o celular, ele mesmo já tinha perdido o interesse.

(B) A incapacidade de aceitar a tecnologia não **o permitiu** um prosseguimento exitoso na carreira.

(C) A família sempre foi a mola propulsora que **o permitiu** nas aulas ser um aluno de destaque.

(D) O professor concebeu um método revolucionário que **o permitiu** transformar a educação.

(E) Queriam ter ministrado o curso juntos, mas a situação não **o permitiu** por estarem distantes.

08. A ideia expressa pelo vocábulo destacado, no contexto em que foi empregado, está corretamente indicada entre colchetes em:

(A) Na Holanda, os dispositivos **só** vão ser permitidos se forem especificamente necessários… (4º parágrafo) [condição]

(B) "Se todo mundo faz isso, você **não** se sente excluído", disse a mãe Laura Bourne a um jornal britânico. (5º parágrafo) [ênfase]

(C) Na cidade de Greystones, na Irlanda, tomou-se uma medida **ainda** mais radical. (5º parágrafo) [tempo]

(D) A proibição vale para todos os espaços, **mesmo** dentro de casa, de modo a deixá-la mais coerente. (5º parágrafo) [inclusão]

(E) … proíbe o uso de *smartphones* por crianças e adolescentes **até** que eles cheguem ao ensino médio. (5º parágrafo) [espaço]

09. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado teve sua posição alterada em relação ao trecho original, mantendo-se a correção da norma-padrão de colocação pronominal da língua portuguesa.

(A) … considerar as famílias quanto ao uso do celular se decidirem **os** liberar…

(B) … não tenham esses dispositivos ou que usem-**nos** em momentos específicos"

(C) … mesmo dentro de casa, de modo a **a** deixar mais coerente…

(D) "Se todo mundo faz isso, você não sente-**se** excluído"

(E) **Os** dar para crianças, no entanto, ainda é um dilema.

10. Assinale a alternativa em que a frase está correta quanto ao emprego do acento indicativo de crase e à regência verbal.

(A) Pais e educadores devem se dedicar à encontrar meios de tornar a escola atraente.

(B) Recorrer à ciência para elaborar regras pode ser estratégia com resultados positivos.

(C) Impedir à entrada de alunos sem uniforme é realidade que reflete do rigor escolar.

(D) Voluntariar-se é uma forma de ajudar àqueles que dependem a uma escola atuante.

(E) A tecnologia pode conferir à alfabetização rumos de que pedagogos ainda ignoram.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Em um escritório há determinado número de pastas divididas em 6 prateleiras de uma estante. Nas 3 primeiras prateleiras foi colocado, em cada uma delas, $\frac{1}{5}$ do número total de pastas, na 4ª e na 5ª prateleira foi colocado, em cada uma delas, $\frac{1}{8}$ do número total de pastas e na última prateleira foram colocadas 54 pastas. O número de pastas colocadas na 1ª prateleira foi

(A) 50.

(B) 80.

(C) 72.

(D) 64.

(E) 45.

12. Em um depósito há determinado número de caixas que serão empilhadas, de modo que cada pilha tenha sempre o mesmo número de caixas. Desse modo é possível colocar em cada pilha ou 9, ou 12 ou 14 caixas, e não restará caixa fora das pilhas. Sabendo que o número total dessas caixas é menor que 260, então, se forem colocadas 14 caixas em cada pilha, o número de pilhas formadas será

(A) 20.

(B) 16.

(C) 15.

(D) 14.

(E) 18.

13. Em determinado mês uma pessoa gastou 45% do valor líquido do seu salário para pagar aluguel. Do valor restante, utilizou 60% para pagamentos de contas e despesas extras e ainda restou R$ 748,00. O valor pago de aluguel foi

(A) R$ 1.530,00.

(B) R$ 1.122,00.

(C) R$ 1.340,00.

(D) R$ 1.690,00.

(E) R$ 1.870,00.

14. No estoque de uma empresa há somente caixas dos produtos A e B, no total de 200 caixas, de modo que a razão do número de caixas do produto A para o número de caixas do produto B é $\frac{3}{5}$. Após a venda de 20 caixas do produto B e nenhuma caixa do produto A, a razão citada passou a ser igual a

(A) $\frac{2}{3}$

(B) $\frac{5}{7}$

(C) $\frac{3}{5}$

(D) $\frac{2}{5}$

(E) $\frac{4}{7}$

15. Um comerciante lucra R$ 15,00 a cada R$ 250,00 obtidos com as vendas das unidades de determinado produto. Se em uma semana esse comerciante vendeu 800 unidades desse produto a R$ 20,00 cada uma, o lucro obtido com a venda dessas unidades foi

(A) R$ 1.200,00.

(B) R$ 920,00.

(C) R$ 790,00.

(D) R$ 960,00.

(E) R$ 850,00.

16. Uma pessoa precisa atualizar determinado número de fichas cadastrais. Se ela atualizar 8 fichas por dia, levará 2 dias a mais do que se atualizar 9 fichas por dia. O número total de fichas cadastrais que essa pessoa precisa atualizar é

(A) 144.

(B) 136.

(C) 148.

(D) 152.

(E) 160.

R A S C U N H O

17. Em uma gráfica, a máquina A, após imprimir $\frac{2}{5}$ de um lote de 150 apostilas, quebrou, e o restante do lote foi impresso pela máquina B, que imprime cada apostila em 4 minutos e 20 segundos. Nessas condições, o tempo que a máquina B, trabalhando sem interrupções, levará para imprimir o restante desse lote, será de

(A) 7 horas.

(B) 6 horas e 50 minutos.

(C) 7 horas e 10 minutos.

(D) 6 horas e 40 minutos.

(E) 6 horas e 30 minutos.

18. Uma pessoa comprou várias unidades dos produtos A, B e C. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de unidades compradas de cada produto e seu respectivo valor unitário.

produto	Nº de unidades compradas	Valor unitário
A	20	R$ 8,70
B	35	R$ 5,20
C	40	x

Do valor total dessa compra, 25% foi pago à vista e o valor restante foi dividido em 3 parcelas iguais, de R$ 123,00 cada uma. O valor unitário do produto C era

(A) R$ 4,60.

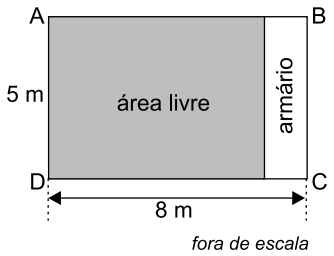
(B) R$ 3,80.

(C) R$ 3,40.

(D) R$ 5,00.

(E) R$ 4,20.

19. Em uma sala retangular ABCD, com 8 m de comprimento por 5 m de largura, foi colocado um armário de base retangular de mesma largura da sala, conforme figura.



fora de escala

Se a área da base desse armário é 2,5 m^2, o perímetro da área livre, destacado na figura, é igual a

(A) 28,0 m.

(B) 25,0 m.

(C) 31,5 m.

(D) 34,0 m.

(E) 37,5 m.

20. Observe a seguinte sequência de figuras.

Posição → 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª 9ª 10ª 11ª ....

Sabendo que essa sequência apresenta sempre o mesmo padrão de repetição, a figura que se encontra na 60ª posição é

(A)

(B)

(C)

(D)

(E)

Legislação

21. Com relação à seguridade social, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete ao Poder Público garantir:

(A) irredutibilidade do valor dos benefícios, salvo se superiores ao salário-mínimo.

(B) uniformidade e heterogeneidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

(C) participação no custeio de acordo com a capacidade contributiva de cada ente federativo.

(D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

(E) caráter centralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação de trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

22. Determinada prefeitura municipal publicou nova norma a respeito do licenciamento para obras e zoneamento urbano, reduzindo a altura das construções edilícias. Com relação aos prédios que obtiveram licenciamento e foram construídos antes da nova norma, trata-se de:

(A) ato jurídico perfeito.

(B) ato passível de revogação.

(C) direito adquirido.

(D) coisa julgada.

(E) direito consuetudinário.

23. Com relação ao estágio probatório, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos de Campinas, assinale a alternativa correta.

(A) Consiste no período de 2 anos de efetivo exercício do funcionário nomeado em virtude de concurso.

(B) Se a peça informativa for negativa à confirmação da nomeação do servidor em período de estágio, este poderá apresentar defesa em 10 dias.

(C) Dentre os requisitos a serem avaliados estão cortesia e deferência.

(D) A conclusão do estágio exige lavratura de decreto de efetivação do servidor.

(E) O órgão de pessoal pode recomendar ao Prefeito, no prazo legal, a não confirmação da efetivação do servidor em período de estágio.

24. Com relação ao Programa de Avaliação Probatória do servidor, disciplinado pelo Decreto nº 21.019/2020, assinale a alternativa correta.

(A) Ao servidor é vedado enviar avaliação própria, ainda que seja formulado com base no mesmo instrumento de avaliação.

(B) O servidor que não obtiver conceito favorável a sua confirmação no estágio probatório poderá apresentar defesa escrita no prazo de 10 dias.

(C) Deve ser realizada trimestralmente, durante os 24 meses de efetivo exercício do servidor estagiário.

(D) A avaliação resultará em nota final, sendo que o servidor estagiário deverá alcançar aproveitamento médio de 60% (sessenta por cento) do total de pontos em análise.

(E) Será suspenso o cômputo do estágio probatório nos casos de licença-maternidade.

25. Com relação aos paradigmas éticos constantes do Manual de Ética do funcionalismo público de Campinas, é correto afirmar que o servidor público

(A) deve resistir às pressões de seu superior hierárquico.

(B) zela por algo que não lhe pertence.

(C) pode ser vítima de assédio somente em modalidades que envolvem hierarquia.

(D) é estável desde que assume a função pública, logo após aprovação em concurso público de provas e títulos.

(E) pode recusar atendimento de cidadão de orientação religiosa distinta da sua.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre a Comunicação Não Violenta.

(A) De acordo com os princípios da Comunicação Não Violenta, não devemos expressar nossas demandas aos outros, mas silenciarmos para sermos capazes de colocar as necessidades da outra pessoa como uma prioridade no momento de uma conversa.

(B) A Comunicação Não Violenta nos fornece instrumentos para nos comunicarmos de maneira a conseguirmos atingir os nossos objetivos sem que as outras pessoas percebam nossas reais intenções, o que nos ajuda a conquistar espaços de maior relevância dentro de uma organização.

(C) A Comunicação Não Violenta propõe uma reconfiguração em nossa maneira de nos expressarmos e ouvirmos os outros, de modo que, em vez de reagirmos de maneira automática, possamos nos manter conscientes e manifestar o que percebemos, pensamos e sentimos.

(D) Para se comunicar de acordo com o modelo da Comunicação Não Violenta, devemos estar prontos a dar conselhos, animar a outra pessoa quando ela estiver se sentindo triste e apresentar histórias semelhantes de nossa própria vida que a ajude a compreender a insignificância do problema.

(E) A Comunicação Não Violenta ensina a deixar que as emoções aflorem naturalmente, para que o outro reconheça o nosso verdadeiro estado mental e possa, assim, assumir a responsabilidade pelo nosso sofrimento, seja no contexto amoroso, empresarial ou educacional.

27. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (2018), o padrão utilizado na elaboração de um expediente oficial é chamado de

(A) ofício.

(B) aviso.

(C) carta.

(D) memorando.

(E) circular.

28. Em relação às abreviaturas dos pronomes de tratamento, é correto afirmar, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), que

(A) o uso da abreviatura em vez da forma por extenso é proibida em caso de autoridades militares.

(B) o emprego de V. Sa. é reservado aos Senadores da República.

(C) o emprego de V. Exa. é proibido no caso de comunicação dirigida a um Ministro dos Tribunais Superiores.

(D) a forma V. Exa. é permitida em comunicações dirigidas a Deputados Federais.

(E) a forma V. Exa. é usada no caso de uma comunicação dirigida ao Presidente da República.

29. Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do texto a seguir.

_____,

Informamos que até o próximo mês será realizada a troca integral dos equipamentos de informática do gabinete, com o objetivo de melhor atender às necessidades de _____ assessores e às de _____.

(A) Senhor Senador... seus... Vossa Excelência.

(B) Senador... vossos... Vossa Excelência.

(C) Excelentíssimo Senhor Senador... seus... Sua Excelência.

(D) Prezado Senador... vossos... Vossa Excelência.

(E) A Sua Excelência o Senhor Senador... vossos... Sua Excelência.

30. Como forma de homenagear um professor, hoje aposentado, que prestou grandes serviços a uma universidade pública federal, cuja sede encontra-se em um município brasileiro, determinado grupo de alunos, professores e funcionários aventou a possibilidade de atribuir a uma das bibliotecas da universidade o nome desse professor ilustre, o que viola o princípio da Administração Pública da

(A) eficiência.

(B) impessoalidade.

(C) publicidade.

(D) autotutela.

(E) segurança jurídica.

31. Um servidor público deve pautar a sua atuação observando também os princípios constitucionais da Administração Pública, sendo correto afirmar que

(A) o princípio da legalidade antecede e prevalece sobre os demais princípios constitucionais, sendo hierarquicamente superior.

(B) os princípios constitucionais explícitos foram inseridos, pela primeira vez, na Constituição Federal brasileira de 1988.

(C) o princípio da moralidade está estritamente atrelado ao princípio da ilegalidade, ou seja, um ato só é imoral caso ele seja ilegal também.

(D) a publicidade dos atos dos órgãos públicos pode vir acompanhada de nomes e imagens dos servidores públicos como forma de reconhecimento e promoção pessoal.

(E) a vontade e o interesse do agente público não podem ser confundidos com a vontade do órgão público a que ele faz parte.

32. Sobre a organização da administração da Administração Pública brasileira, é correto afirmar que

(A) órgãos da administração direta são criados por meio de descentralização.

(B) empresas públicas e sociedades de economia mista são conhecidas também como empresas estatais.

(C) administração direta e indireta possuem personalidade jurídica própria.

(D) consórcios públicos pertencem à administração direta.

(E) entidades paraestatais são uma das espécies da administração indireta.

33. Determinada prefeitura optou por criar uma sociedade de economia mista, na qual o governo municipal é o acionista majoritário, tendo por objetivo o estudo e a solução do problema da habitação popular daquela localidade.

Com isso, tem-se um exemplo de

(A) centralização de serviço público.

(B) desconcentração de serviço público.

(C) descentralização por outorga.

(D) concentração de serviço público.

(E) descentralização por delegação.

34. Como forma de promover a conservação e recuperação da natureza da região, um ente municipal criou uma fundação pública. As fundações públicas possuem como uma de suas características

(A) a isenção à submissão ao regramento geral de licitações e contratos.

(B) a atribuição de personalidade jurídica apenas de direito público.

(C) o exercício de atividade econômica de interesse do Estado.

(D) a tutela administrativa pela administração direta.

(E) a possibilidade de qualificação como agências reguladoras, mas não como agências executivas.

35. A Unidade Central de Gestão de Pessoas de uma prefeitura designa a um grupo de funcionários o estudo normativo sobre as relações de trabalho no setor público, e esse grupo considerou corretamente que

(A) criação e extinção de cargos públicos, como regra, independem de lei.

(B) mudança de padrão, sem mudança de classe, leva o servidor ocupante de cargo efetivo à promoção.

(C) funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.

(D) servidores públicos adquirem vitaliciedade após aprovação no estágio probatório, bastando, para isso, serem concursados.

(E) servidor de cargo de nível médio, após atingir o topo da carreira, poderá ser promovido a cargo de nível superior.

36. Assinale a alternativa correta relativa aos cargos, empregos e funções públicas.

(A) Cargo público é regido pelo regime celetista.

(B) Cargos em comissão são providos apenas para pessoas externas à Administração Pública.

(C) Função temporária dá estabilidade ao servidor após três anos de efetivo exercício.

(D) Emprego público é regido pelo regime estatutário.

(E) Função pública compreende função de confiança e função temporária.

37. Sobre as formas de ingresso e saída da Administração Pública, é correto afirmar que

(A) funções de confiança são de livre nomeação e exoneração.

(B) servidor público que adquire estabilidade após período determinado constitucionalmente não pode perder o cargo.

(C) cargos comissionados, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, não admitem processo de seleção.

(D) ocupante de cargo público de provimento efetivo é passível de exoneração *ad nutum*.

(E) concurso público é obrigatório para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

38. Os servidores públicos do departamento de compras de uma prefeitura estão preparando um pregão para adquirir bens comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

É correto afirmar sobre o pregão que

(A) a definição do objeto deve ser precisa, suficiente e clara, de modo a limitar a competição entre os interessados.

(B) as aquisições de bens comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, podem utilizar a modalidade de pregão.

(C) o pregão presencial deve ser preferível ao pregão eletrônico para evitar fraudes e, assim, garantir a lisura do processo licitatório.

(D) a equipe de apoio deve ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

(E) a fase interna do pregão é iniciada com a convocação de todos os interessados.

39. Empresa que não retirar fio inutilizado de poste terá multa maior em Campinas

Projeto de Lei foi aprovado em primeira votação na Câmara de Campinas

Por Redação - 13 de abril de 2023

"A Câmara de Campinas aprovou Projeto de Lei Complementar nº 29/2022, que altera a Lei Municipal nº 310/2021 e eleva em dez vezes o valor da multa para as empresas concessionárias ou permissionárias de energia elétrica do município, que mantiverem ou não realizarem a manutenção de fios e cabos inutilizados, caídos ou pendurados nos postes [...]".

(https://horacampinas.com.br/empresa-que-nao-retirar-fio-inutilizado-de-poste-tera-multa-maior-em-campinas)

Conforme trecho da matéria apresentada, o poder público pode prestar serviços públicos sob diferentes formas, sendo duas delas por meio de concessão e permissão. Corresponde a uma característica do regime de permissão

(A) prescindibilidade de licitação, como regra, para a delegação do serviço público do Estado para o permissionário.

(B) assunção da titularidade do serviço público, antes pertencente à pessoa política.

(C) possibilidade de execução de obra apenas por pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho.

(D) delegação do serviço público, do Estado para o permissionário, a título precário.

(E) delegação do serviço público formalizada entre Estado e permissionário por meio de ato administrativo.

40. É um exemplo de serviço público *uti singuli*

(A) limpeza urbana.

(B) iluminação púbica.

(C) fornecimento de água.

(D) defesa nacional.

(E) segurança pública.

41. O leilão é uma modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos e ocorre por meio do tipo de licitação (ou critério de julgamento)

(A) melhor técnica.

(B) menor preço.

(C) técnica e preço.

(D) maior retorno econômico.

(E) maior lance.

42. Nos processos de licitação, é permitido

(A) fracionar a despesa para efetuar contratação direta, isto é, por dispensa ou inexigibilidade.

(B) parcelar o objeto quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

(C) indicar independentemente de justificativa a marca do bem a ser adquirido.

(D) tratar de forma diferenciada e simplificada as empresas de pequeno e médio porte.

(E) utilizar o Sistema de Registro de Preços, que, como regra, obriga a Administração a contratar.

43. Coaduna-se com uma conduta ética no serviço público

(A) omitir da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo.

(B) utilizar veículo da repartição, se houver expressa autorização da chefia imediata, para uso particular.

(C) obedecer às ordens superiores ainda que manifestadamente ilegais.

(D) criticar autoridade, do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço, em trabalho assinado.

(E) promover manifestação de apreço por algum colega de trabalho.

44. Um projeto de lei orçamentária anual, que é de iniciativa do Poder Executivo, continha um dispositivo que determinava o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que se contrapõe ao princípio orçamentário da

(A) periodicidade.

(B) exclusividade.

(C) universalidade.

(D) especialização.

(E) totalidade.

45. A Emenda Constitucional nº 100/2019 inseriu ao artigo 165 da Constituição Federal brasileira de 1988 o § 10, no qual consta a seguinte redação: “A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”.

Em que pesem as devidas exceções existentes a esse parágrafo, tal dispositivo constitucional diz respeito ao princípio orçamentário

(A) do orçamento impositivo.

(B) da exatidão ou realismo.

(C) da proibição do estorno.

(D) do equilíbrio.

(E) da não vinculação ou não afetação das receitas.

46. Para realizar atendimentos com qualidade ao público interno e externo, servidores públicos que entraram em exercício estão passando por uma semana de treinamentos. Sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, foi dito corretamente que

(A) é um dever do usuário obter informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet.

(B) a apresentação do Registro Geral (RG) é suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento, para fins de acesso a informações e serviços.

(C) os municípios devem divulgar a Carta de Serviços ao Usuário, que inclui compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, e que deve ser objeto de atualização periódica e de permanente divulgação.

(D) os serviços prestados são avaliados quadrienalmente por pesquisa de satisfação ou qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

(E) as formalidades e exigências para a adequada prestação dos serviços são imprescindíveis, independentemente do custo econômico ou social e do risco envolvido.

47. Os servidores públicos devem prestar um atendimento com qualidade, seja ao público interno ou ao externo. Com relação ao atendimento do usuário dos serviços da administração pública, é correto afirmar que

(A) é preferível a utilização de linguagem rebuscada, de forma que o agente público possa demonstrar o domínio sobre a prestação dos serviços públicos.

(B) é vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado.

(C) agentes públicos, em determinados casos, podem presumir má-fé dos usuários de serviços públicos, exigindo-se reconhecimento de firma dos documentos apresentados.

(D) é um dos deveres básicos dos usuários a obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet.

(E) se torna dispensável a observância dos códigos de ética ou de conduta devido à existência de várias categorias de agentes públicos.

48. Conforme a Lei nº 13.460/2017, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselhos de usuários, que possuem como uma de suas características a

(A) configuração como órgãos deliberativos.

(B) disposição de remuneração para a participação dos usuários.

(C) escolha do ouvidor por meio de voto, além do acompanhamento e da avaliação de sua atuação.

(D) escolha dos representantes por meio de processo aberto ao público, não havendo diferenciação por tipo de usuário a ser representado.

(E) composição com base em critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas.

49. A Lei de Acesso à Informação veio para regular o acesso a informações previsto em dispositivo constitucional. Nesse sentido, coaduna-se à transparência da Administração Pública a

(A) gratuidade do serviço de busca e de fornecimento de informação, não sendo permitida também a cobrança de reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

(B) divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações, conforme preceitua a transparência passiva.

(C) exigência dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

(D) manifestação, em até 20 dias, do órgão ou entidade que receber o pedido de informação, caso não seja possível conceder o acesso imediato ao requerente.

(E) possibilidade de escolha de o requerente identificar-se e especificar a informação requerida.

50. Uma das principais mudanças trazidas à Lei de Improbidade Administrativa no ano de 2021 foi a

(A) criação da seção dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

(B) criminalização da representação por ato de improbidade administrativa contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

(C) possibilidade para qualquer pessoa representar à autoridade administrativa competente a prática de ato de improbidade administrativa.

(D) proibição de receber dinheiro, bem móvel ou imóvel a título de presente de quem tenha interesse que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

(E) exigência de conduta apenas dolosa para responsabilização por improbidade administrativa.

REDAÇÃO

Texto 1

O ChatGPT, um programa de inteligência artificial (IA), foi criado com o objetivo de ser um gerador de conversas. De acordo com Filipe Bento, diretor executivo da empresa BR 24, "o ChatGPT não tem somente a capacidade de produzir redações de qualidade, mas também de responder a perguntas e até mesmo de gerar códigos de desenvolvimento de *software*". Isso, segundo ele, impacta diretamente nos empregos da área de tecnologia. Vale ressaltar que, embora seja bastante independente, o ChatGPT precisa de pessoas que contribuam para o seu constante aperfeiçoamento. Nesse ponto surge a questão: como a inteligência artificial deve influenciar os empregos?

Recentemente, em uma entrevista, Marcos Barreto, professor da Fundação Vanzolini e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, opinou sobre o assunto. Segundo ele, todas as profissões que dependem da produção de algum tipo de texto podem ser impactadas e beneficiadas com o uso da aplicação. "Mas até profissões que escrevem menos textos, como a de médico, podem ser facilitadas. Um médico, por exemplo, pode ter uma receita mais bem escrita, explicando a posologia", comentou. Ainda, de acordo com o professor, todo avanço tecnológico influencia diretamente no campo profissional. "'Ah, o robô substitui o operário'. Não é bem assim. O operário continua sendo necessário, ele só vai realizar outras tarefas. Com o ChatGPT será parecido: a gente vai precisar de pessoas que revisem e validem os textos que são produzidos", disse.

Para o professor de Ciências de Dados, Leon Sólon, o ChatGPT deve ser visto como uma "ajuda extra" capaz de reduzir o tempo de aprimoramento de códigos, por exemplo. Ele compara a aplicação com uma calculadora. "Nós sabemos somar e fazer contas de raiz, mas a diferença ao se usar a calculadora é que ela está sempre certa. Já no ChatGPT, se o indivíduo não souber o que está fazendo, pode ser que aconteçam erros, mas, se souber, aumenta a produtividade", destaca o professor.

("ChatGPT: como a inteligência artificial deve influenciar os empregos de tecnologia". https://proximonivel.embratel.com.br, 16.03.2023. Adaptado.)

Texto 2

Até pouco tempo, Dean Meadowcroft era redator em um pequeno departamento de *marketing*. No fim do ano passado, a companhia introduziu um sistema de inteligência artificial (IA). "Na época, a ideia era trabalhar junto a redatores humanos para ajudar a acelerar o processo, simplificar um pouco mais as coisas", diz ele. O conteúdo precisava ser verificado por uma equipe humana para garantir que não tivesse sido retirado de nenhum outro lugar.

Mas a inteligência artificial era rápida. O que um redator humano podia levar entre 60 e 90 minutos para escrever, a IA era capaz de fazer em 10 minutos ou menos. Cerca de quatro meses após a introdução da tecnologia, a equipe de quatro pessoas de Meadowcroft foi demitida.

Outras grandes empresas de tecnologia também estão apresentando seus próprios sistemas – o Google, por exemplo, lançou o Bard. Embora não sejam perfeitos, esses sistemas são treinados para buscar, na imensidão de dados disponíveis na internet, uma quantidade de informações impossível de ser digerida até mesmo por uma equipe de humanos. Isso faz com que muita gente se pergunte que tipos de empregos podem estar em risco.

No início deste ano, um relatório da empresa Goldman Sachs informava que a inteligência artificial poderia potencialmente substituir o equivalente a 300 milhões de empregos em tempo integral. A perda de postos de trabalho não aconteceria da mesma forma em todos os setores da economia. Segundo o relatório, 46% das tarefas administrativas e 44% das profissões jurídicas poderiam ser automatizadas. Em junho, a empresa IKEA afirmou que, desde 2021, capacitou 8,5 mil funcionários que trabalhavam em seus *call centers* como consultores de *design*. A empresa diz que 47% das chamadas dos clientes agora são atendidas por uma inteligência artificial chamada Billie.

(Ian Rose. "Os trabalhadores que perderam o emprego para inteligência artificial". https://www.bbc.com, 10.07.2023. Adaptado.)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O uso da inteligência artificial no mercado de trabalho é uma ameaça aos empregos das pessoas?

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Confidencial até o momento da aplicação.